

Quando as democracias se desgastam: uma releitura de Levitsky e Ziblatt

Obra resenhada: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. 1ª ed. New York: Crown Publishing Group, 2018.

‘

Resenhista: Diego Vinícius Brito dos Santos

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4347574894656811>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9064-0663>

Revista Inquietações – Caicó – RN | 2026

Quando as democracias se desgastam: uma releitura de Levitsky e Ziblatt

Introdução

Publicado originalmente em 2018, *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, tornou-se rapidamente uma das obras mais influentes do debate contemporâneo sobre a crise das democracias liberais. Em um contexto internacional marcado pela ascensão de lideranças populistas, pelo aumento da polarização política e pela crescente desconfiança nas instituições representativas, o livro propõe uma interpretação provocativa acerca dos processos pelos quais regimes democráticos podem entrar em trajetória de deterioração institucional. Diferentemente da imagem clássica do colapso democrático — frequentemente associada a golpes militares ou rupturas abruptas da ordem constitucional — os autores defendem que, no mundo contemporâneo, as democracias tendem a enfraquecer de forma gradual, por meio de processos internos de erosão das instituições e das normas políticas que sustentam o regime.

Partindo de uma abordagem comparativa que combina análise histórica e reflexão teórica, Levitsky e Ziblatt investigam episódios emblemáticos de deterioração democrática ocorridos ao longo do século XX e estabelecem paralelos

paralelos com processos políticos recentes observados em diferentes países. Ao examinar casos como a ascensão de regimes autoritários na Europa do período entre guerras e compará-los com transformações contemporâneas da política democrática, os autores procuram identificar padrões recorrentes na trajetória de democracias que entram em processo de fragilização institucional. Nesse percurso analítico, a obra enfatiza o papel desempenhado por atores políticos eleitos que, ao chegarem ao poder por vias institucionais legítimas, passam gradualmente a enfraquecer mecanismos de controle e a tensionar normas democráticas fundamentais.

Um dos aspectos centrais da argumentação desenvolvida pelos autores consiste na distinção entre instituições formais e normas informais que estruturam o funcionamento das democracias. Embora constituições, sistemas eleitorais e mecanismos de separação de poderes constituam a base jurídica do regime democrático, Levitsky e Ziblatt argumentam que a estabilidade dessas instituições depende também de práticas políticas baseadas no reconhecimento da legitimidade dos adversários e na moderação no exercício do poder. A erosão dessas normas — particularmente da tolerância mútua entre competidores políticos e da contenção institucional — aparece, na análise dos autores, como um dos sinais mais evidentes de fragilidade democrática.

Nesse sentido, *Como as Democracias Morrem* insere-se em um amplo campo de debates da ciência política contemporânea que busca compreender as transformações recentes das democracias representativas. Ao lado de outros estudos dedicados ao fenômeno da erosão democrática, a obra contribui para deslocar a análise do colapso institucional para processos mais sutis e graduais de deterioração política, nos quais a aparência formal da democracia pode ser preservada mesmo quando seu funcionamento efetivo se encontra comprometido.

Diante da relevância dessas questões para o debate político contemporâneo, a presente resenha tem como objetivo examinar criticamente os principais argumentos desenvolvidos por Levitsky e Ziblatt ao longo da obra. Para tanto, busca-se apresentar uma análise sistemática dos capítulos do livro, destacando seus conceitos centrais, suas contribuições para o debate sobre a crise das democracias e também algumas de suas limitações interpretativas. Ao revisitar os principais elementos da argumentação dos autores, pretende-se oferecer ao leitor uma avaliação crítica do alcance analítico da obra e de sua importância para a compreensão dos desafios enfrentados pelas democracias no início do século XXI.

Como as democracias morrem

O primeiro capítulo de *Como as Democracias Morrem* estabelece o ponto de partida analítico da obra ao questionar uma percepção comum na história política do século XX: a ideia de que democracias costumam morrer por meio de golpes militares abruptos ou rupturas institucionais violentas. Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, essa interpretação corresponde apenas parcialmente à

realidade histórica. Em diversos casos contemporâneos, a erosão democrática não ocorre por meio de tanques nas ruas ou da suspensão imediata da ordem constitucional, mas sim através de processos graduais em que líderes autoritários chegam ao poder por vias institucionais aparentemente legítimas.

Nesse contexto, o capítulo sustenta uma tese central que atravessa toda a obra: a democracia frequentemente se enfraquece quando elites políticas tradicionais abrem espaço para líderes com inclinações autoritárias, acreditando que poderão controlá-los ou utilizá-los estrategicamente. Em outras palavras, a destruição das instituições democráticas raramente ocorre sem a colaboração – explícita ou implícita – de atores políticos que fazem parte do próprio sistema democrático. Essa perspectiva desloca o foco da análise da democracia para o papel desempenhado pelos partidos políticos e pelas elites institucionais. Em vez de compreender o colapso democrático exclusivamente como resultado de movimentos revolucionários ou golpes militares, Levitsky e Ziblatt enfatizam os processos internos pelos quais sistemas políticos permitem a ascensão de líderes que posteriormente subvertem as regras do jogo democrático.

Para desenvolver esse argumento, os autores recorrem a exemplos históricos emblemáticos, particularmente a ascensão de regimes autoritários na Europa durante o período entre guerras. O caso mais destacado é o da Alemanha nazista. Embora o Partido Nazista tenha alcançado expressivo crescimento eleitoral no início da década de 1930, Adolf Hitler não chegou ao poder exclusivamente por meio de vitória eleitoral direta. Sua nomeação como chanceler em janeiro de 1933 resultou de negociações políticas conduzidas por elites conservadoras alemãs, que acreditavam poder utilizar Hitler como instrumento para conter a ascensão das forças de esquerda.

Esse cálculo político revelou-se profundamente equivocado. Uma vez no poder, Hitler rapidamente consolidou mecanismos autoritários que levariam à destruição das instituições democráticas da República de Weimar. O episódio ilustra, segundo Levitsky e Ziblatt, um padrão recorrente na história política: elites tradicionais frequentemente acreditam que líderes radicais podem ser domesticados dentro do sistema institucional, quando na realidade acabam contribuindo para a sua própria marginalização.

Situação semelhante ocorreu na Itália com Benito Mussolini, cuja ascensão ao poder foi facilitada pela colaboração de elites políticas conservadoras e pela percepção de que seu movimento poderia restaurar a ordem política diante da instabilidade social e do temor de revoluções socialistas. Mussolini foi inicialmente incorporado ao sistema político italiano por meio de alianças parlamentares e compromissos institucionais que buscavam estabilizar o país. No entanto, essas alianças acabaram permitindo a consolidação de um regime autoritário. Ao mobilizar esses exemplos históricos, Levitsky e Ziblatt demonstram que líderes autoritários raramente conquistam o poder isoladamente. Em vez disso, sua ascensão depende frequentemente de alianças políticas estratégicas com setores do *establishment* político. Essas alianças são

motivadas, em geral, por cálculos eleitorais de curto prazo ou por percepções de ameaça política provenientes de outros grupos ideológicos.

Nesse ponto, o capítulo introduz uma reflexão fundamental sobre o papel dos partidos políticos na preservação da democracia. Segundo os autores, partidos desempenham historicamente a função de “porteiros da democracia”, responsáveis por filtrar candidatos e impedir que figuras antidemocráticas ocupem posições de poder. Esse mecanismo informal de proteção institucional constitui uma das principais barreiras contra a ascensão de regimes autoritários.

A literatura clássica da ciência política já havia destacado a importância das elites partidárias para o funcionamento da democracia representativa. Joseph Schumpeter, em sua formulação do modelo competitivo de democracia, argumentava que sistemas democráticos dependem da competição organizada entre elites políticas estruturadas em partidos. Nesse contexto, a estabilidade institucional está diretamente associada à disposição dessas elites em respeitar regras procedimentais e em excluir atores que rejeitem os princípios fundamentais da ordem democrática.

Levitsky e Ziblatt retomam essa perspectiva, mas enfatizam que esse mecanismo institucional pode falhar quando elites políticas optam por alianças estratégicas com líderes radicais. Em momentos de crise política ou polarização ideológica intensa, partidos tradicionais podem enxergar nesses líderes uma oportunidade de fortalecer sua posição eleitoral ou neutralizar adversários políticos considerados mais perigosos.

Essa dinâmica evidencia um paradoxo fundamental das democracias modernas. Ao mesmo tempo em que sistemas democráticos pressupõem competição política aberta, essa abertura pode ser explorada por atores que não estão comprometidos com a preservação das regras do jogo democrático.

O capítulo também destaca que líderes autoritários raramente se apresentam inicialmente como inimigos declarados da democracia. Em muitos casos, eles adotam discursos ambíguos que combinam retórica populista, críticas às instituições existentes e promessas de restauração da ordem política. Esse tipo de discurso permite que tais líderes obtenham legitimidade política sem revelar plenamente suas intenções autoritárias.

Esse fenômeno pode ser compreendido à luz de debates clássicos da teoria política sobre os limites da tolerância democrática. Karl Popper, em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, formulou o chamado “paradoxo da tolerância”, segundo o qual uma sociedade completamente tolerante pode acabar permitindo a ascensão de forças que destruirão a própria tolerância.² Para Popper, a preservação de sociedades abertas exige que certos limites sejam estabelecidos para impedir a ascensão de movimentos intolerantes.

Embora Levitsky e Ziblatt não adotem explicitamente o argumento filosófico de Popper, sua análise sugere uma preocupação semelhante: democracias precisam desenvolver mecanismos institucionais capazes de

identificar e conter líderes que demonstram inclinações autoritárias antes que estes adquiram poder político significativo.

Outro elemento importante discutido no capítulo é a relação entre crises políticas e a ascensão de lideranças autoritárias. Momentos de instabilidade institucional, polarização política ou crise econômica frequentemente criam condições favoráveis para a emergência de líderes que prometem restaurar ordem e estabilidade por meio de soluções radicais.

Essa interpretação encontra respaldo em análises clássicas sobre a ascensão de regimes autoritários no século XX. Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, destacou como contextos de desintegração social e descrédito institucional podem favorecer movimentos políticos que prometem reorganizar radicalmente a ordem política existente.

No entanto, Levitsky e Ziblatt enfatizam que crises políticas, por si só, não explicam o colapso das democracias. O fator decisivo reside na forma como elites políticas respondem a essas crises. Quando partidos tradicionais se recusam a colaborar com líderes autoritários e mantêm compromisso com normas democráticas, instituições políticas podem resistir mesmo a contextos de intensa instabilidade. Por outro lado, quando elites políticas optam por alianças oportunistas com líderes radicais, o sistema democrático torna-se significativamente mais vulnerável. Nesse sentido, o capítulo sugere que a sobrevivência das democracias depende menos de suas regras formais e mais do comportamento dos atores políticos que operam dentro dessas regras.

Essa abordagem permite compreender a democracia não apenas como um conjunto de instituições jurídicas, mas como um sistema político sustentado por normas informais, práticas institucionais e compromissos compartilhados entre elites políticas. Ao final do capítulo, Levitsky e Ziblatt deixam claro que a história política demonstra repetidamente os riscos associados à normalização de líderes autoritários dentro do sistema democrático. Quando partidos políticos abandonam seu papel de guardiões institucionais e passam a priorizar ganhos eleitorais imediatos, o sistema democrático pode tornar-se vulnerável a processos de erosão gradual.

Essa interpretação oferece um ponto de partida fundamental para os capítulos seguintes da obra, nos quais os autores examinam de forma mais detalhada os mecanismos institucionais e normativos que permitem a preservação — ou a deterioração — das democracias contemporâneas.

No segundo capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *Guardiões da América*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt aprofundam o argumento apresentado no capítulo anterior ao examinar o papel desempenhado pelos partidos políticos na proteção das instituições democráticas. Se o primeiro capítulo demonstrou que democracias podem ser fragilizadas quando elites políticas facilitam a ascensão de líderes autoritários, o segundo capítulo investiga o lado oposto dessa dinâmica: a função dos partidos como barreiras institucionais capazes de impedir a chegada de figuras antidemocráticas ao poder.

Os autores concentram sua análise principalmente na experiência política dos Estados Unidos, argumentando que, durante grande parte da história do país, partidos políticos atuaram como verdadeiros “porteiros da democracia”. Essa função consistia em selecionar candidatos politicamente aceitáveis, filtrar lideranças extremistas e preservar, por meio de mecanismos formais e informais, o funcionamento das instituições republicanas.

A tese central do capítulo é que a estabilidade da democracia norte-americana, ao longo de grande parte de sua história, dependeu menos da força das instituições formais e mais da capacidade dos partidos de exercer controle sobre o processo de seleção de candidatos. Esse mecanismo funcionou, durante décadas, como um sistema informal de proteção contra a ascensão de líderes que ameaçassem os princípios fundamentais da ordem constitucional.

Para compreender esse fenômeno, Levitsky e Ziblatt analisam o funcionamento histórico do sistema partidário norte-americano, particularmente no período anterior às reformas eleitorais que ampliaram significativamente o papel das eleições primárias no processo de escolha dos candidatos presidenciais. Durante grande parte do século XX, as lideranças partidárias exerciam influência decisiva na definição dos candidatos à presidência. Convenções partidárias, negociações entre elites políticas e acordos internos permitiam que partidos filtrassem candidaturas consideradas inadequadas ou perigosas para a estabilidade institucional.

Esse sistema de seleção política informal funcionava como um mecanismo de contenção de figuras populistas ou extremistas que pudessem explorar o sistema eleitoral para alcançar o poder. Levitsky e Ziblatt argumentam que essa estrutura institucional foi responsável por impedir, em diversas ocasiões, que lideranças com inclinações autoritárias ou radicais chegassem à presidência dos Estados Unidos.

Nesse contexto, os autores apresentam diversos exemplos históricos de candidatos que, embora tenham demonstrado capacidade de mobilização popular ou notoriedade política, foram bloqueados pelo sistema partidário tradicional. A filtragem institucional realizada pelas elites políticas funcionava como uma espécie de barreira protetora da democracia, limitando a entrada de atores considerados incompatíveis com as normas e práticas democráticas.

A literatura da ciência política frequentemente destacou o papel das elites partidárias na organização da competição democrática. Robert Dahl, ao desenvolver o conceito de poliarquia, enfatizou que democracias estáveis dependem de instituições que regulem a competição política e garantam certo equilíbrio entre participação popular e governabilidade institucional. Nesse sentido, o controle exercido pelos partidos sobre a seleção de candidatos pode ser interpretado como parte desse equilíbrio entre abertura democrática e estabilidade política.

Levitsky e Ziblatt argumentam que o sistema político norte-americano conseguiu manter relativa estabilidade durante décadas justamente porque os

partidos atuaram como mediadores entre a sociedade e o poder político. Essa mediação permitia que demandas populares fossem canalizadas por meio de estruturas institucionais que limitavam o acesso de lideranças antidemocráticas ao poder estatal. No entanto, o capítulo também demonstra que esse sistema de proteção institucional sofreu profundas transformações ao longo do século XX, especialmente a partir das reformas políticas que ampliaram a participação direta dos eleitores no processo de escolha dos candidatos presidenciais. A expansão das eleições primárias, associada ao crescimento da influência dos meios de comunicação de massa, reduziu significativamente o controle exercido pelas elites partidárias sobre o processo de seleção de candidatos.

Essas mudanças institucionais ampliaram o grau de abertura do sistema político, permitindo que candidatos com forte apelo popular pudessem contornar as estruturas tradicionais dos partidos e alcançar posições de destaque na política nacional. Embora tais reformas tenham sido motivadas por demandas legítimas de democratização do sistema político, elas também reduziram a capacidade dos partidos de exercer seu papel histórico de filtro institucional.

Levitsky e Ziblatt destacam que essa transformação alterou profundamente o equilíbrio entre participação popular e controle institucional dentro do sistema político norte-americano. A abertura do processo de seleção de candidatos aumentou a influência direta do eleitorado nas escolhas partidárias, mas também enfraqueceu os mecanismos tradicionais de contenção de lideranças extremistas. Esse processo pode ser compreendido à luz de debates mais amplos sobre os limites da democracia majoritária. Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*, já havia observado que democracias precisam equilibrar participação popular e estabilidade institucional para evitar os riscos associados à chamada “tirania da maioria”. Embora Tocqueville estivesse preocupado principalmente com os excessos da opinião majoritária, sua análise também sugere que democracias precisam desenvolver mecanismos institucionais capazes de moderar impulsos políticos potencialmente destrutivos.

No caso analisado por Levitsky e Ziblatt, o enfraquecimento do controle partidário sobre o processo de seleção de candidatos reduziu a capacidade do sistema político de impedir a ascensão de líderes que desafiam normas democráticas fundamentais. Esse fenômeno tornou-se particularmente evidente nas últimas décadas, quando transformações tecnológicas e institucionais ampliaram significativamente a autonomia dos candidatos em relação às estruturas partidárias tradicionais. Outro elemento importante discutido no capítulo refere-se ao papel das normas informais na sustentação das democracias. Levitsky e Ziblatt argumentam que instituições políticas não funcionam apenas com base em regras formais estabelecidas por constituições ou leis eleitorais. O funcionamento efetivo das democracias depende também de práticas informais, expectativas compartilhadas e compromissos implícitos entre atores políticos.

Essa perspectiva aproxima a análise dos autores de abordagens institucionalistas da teoria política, que enfatizam a importância das normas

sociais e das práticas políticas na estabilidade das instituições. Max Weber, ao analisar os fundamentos da autoridade política moderna, destacou que a legitimidade das instituições depende não apenas de sua base legal, mas também do reconhecimento social de sua autoridade.

No contexto da democracia norte-americana, Levitsky e Ziblatt sugerem que o sistema político foi sustentado por um conjunto de normas informais que orientavam o comportamento das elites políticas. Entre essas normas, destacava-se o compromisso implícito de impedir a ascensão de líderes que ameaçassem os princípios fundamentais da ordem democrática.

O enfraquecimento dessas normas institucionais informais constitui, segundo os autores, um dos fatores centrais para compreender as transformações recentes da política norte-americana. À medida que partidos perderam controle sobre o processo de seleção de candidatos e normas institucionais foram gradualmente erodidas, o sistema político tornou-se mais vulnerável à ascensão de lideranças populistas ou autoritárias.

O capítulo, portanto, amplia o argumento apresentado no início da obra ao demonstrar que a sobrevivência das democracias depende não apenas de suas instituições formais, mas também do comportamento das elites políticas e da força das normas institucionais informais. Quando partidos políticos deixam de exercer seu papel de guardiões institucionais e passam a priorizar estratégias eleitorais imediatas, o sistema democrático perde uma de suas principais linhas de defesa contra o autoritarismo.

Ao examinar a experiência histórica dos Estados Unidos, Levitsky e Ziblatt mostram que democracias podem ser protegidas por instituições robustas e por práticas políticas responsáveis. No entanto, essas mesmas democracias podem tornar-se vulneráveis quando mecanismos institucionais de filtragem são enfraquecidos ou abandonados.

Nesse sentido, o capítulo *Guardiões da América* prepara o terreno para a análise que será desenvolvida nos capítulos seguintes da obra, nos quais os autores examinam como mudanças recentes no sistema político norte-americano contribuíram para fragilizar essas barreiras institucionais e abrir espaço para novos desafios à estabilidade democrática.

No terceiro capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *A grande abdicação republicana*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt deslocam o foco da análise histórica mais ampla para um episódio político específico da história recente dos Estados Unidos: o processo político que permitiu a ascensão de Donald Trump à candidatura presidencial do Partido Republicano em 2016. Para os autores, esse episódio representa um momento decisivo de ruptura no sistema tradicional de proteção institucional da democracia norte-americana.

Se, nos capítulos anteriores, Levitsky e Ziblatt demonstraram como partidos políticos historicamente desempenharam o papel de guardiões da democracia ao impedir a ascensão de líderes antidemocráticos, o terceiro capítulo apresenta um cenário distinto: o momento em que esse mecanismo

institucional falhou. A chamada “grande abdicação republicana” refere-se justamente ao processo pelo qual as elites políticas do Partido Republicano deixaram de exercer sua função tradicional de filtragem e permitiram que Trump se tornasse o candidato oficial do partido à presidência.

A análise proposta pelos autores parte da observação de que a candidatura de Trump apresentava, desde o início, diversos sinais de alerta associados a lideranças autoritárias. Ao longo da campanha eleitoral, Trump adotou discursos marcados por ataques a instituições democráticas, deslegitimação de adversários políticos, hostilidade à imprensa e questionamentos à integridade do processo eleitoral. Segundo Levitsky e Ziblatt, tais comportamentos correspondiam a padrões frequentemente observados em líderes políticos com inclinações autoritárias.

Apesar desses sinais, as elites republicanas mostraram-se incapazes de impedir o avanço da candidatura de Trump dentro do partido. Diferentemente do que ocorrera em outros momentos da história política norte-americana, o sistema partidário não conseguiu bloquear uma candidatura que representava uma ruptura significativa com normas e práticas políticas consolidadas. Para compreender esse processo, os autores analisam o funcionamento das eleições primárias no sistema político norte-americano. Nas décadas anteriores, reformas institucionais haviam ampliado significativamente a participação direta do eleitorado na escolha dos candidatos presidenciais. Esse processo reduziu o controle exercido pelas lideranças partidárias sobre a seleção de candidatos e aumentou a influência de dinâmicas eleitorais mais imediatas, frequentemente mediadas por estratégias de comunicação e mobilização de massa.

Nesse novo contexto institucional, candidatos com forte visibilidade pública e grande capacidade de mobilização eleitoral passaram a ter vantagens significativas nas disputas internas dos partidos. Trump explorou essa dinâmica de maneira particularmente eficaz. Sua candidatura baseou-se em uma estratégia de comunicação direta com amplos setores do eleitorado, frequentemente utilizando retórica populista e confrontacional que lhe garantiu ampla cobertura midiática. Levitsky e Ziblatt argumentam que a fragmentação inicial do campo republicano também contribuiu decisivamente para o avanço da candidatura de Trump. Nas primárias de 2016, diversos candidatos tradicionais do partido dividiram o voto do eleitorado conservador, permitindo que Trump consolidasse sua liderança nas disputas iniciais mesmo sem obter maioria absoluta de apoio entre os eleitores republicanos.

Esse cenário revelou uma fragilidade estrutural do sistema de primárias: quando o campo político está altamente fragmentado, um candidato com base eleitoral consolidada pode alcançar vantagem decisiva mesmo sem representar a preferência majoritária do partido. Ao longo das primárias republicanas, Trump conseguiu manter liderança constante enquanto seus adversários permaneciam divididos e incapazes de articular uma candidatura unificada.

No entanto, a ascensão de Trump não pode ser explicada apenas por fatores institucionais. Levitsky e Ziblatt também destacam a responsabilidade das elites políticas republicanas no processo que permitiu sua consolidação como candidato do partido. Em diversos momentos decisivos da campanha, lideranças republicanas hesitaram em confrontar diretamente a candidatura de Trump, frequentemente esperando que sua popularidade diminuísse naturalmente ou que outros candidatos conseguissem derrotá-lo nas urnas.

Essa estratégia revelou-se profundamente equivocada. À medida que Trump vencia sucessivas primárias, tornou-se cada vez mais difícil impedir sua nomeação como candidato oficial do partido. Gradualmente, setores do *establishment* republicano passaram a aceitar sua candidatura como fato consumado, priorizando a unidade partidária em detrimento de preocupações institucionais mais amplas. Levitsky e Ziblatt interpretam esse processo como uma abdicação do papel histórico desempenhado pelos partidos políticos na proteção das instituições democráticas. Ao deixarem de exercer sua função de filtragem institucional, as elites republicanas abriram espaço para a ascensão de um candidato cuja relação com normas democráticas fundamentais era, no mínimo, ambígua. O capítulo também destaca que essa abdicação não ocorreu de forma repentina ou deliberada. Em vez disso, tratou-se de um processo gradual marcado por cálculos políticos de curto prazo, hesitações estratégicas e incapacidade de coordenação entre diferentes setores do partido. Muitos líderes republicanos acreditavam que seria possível conter ou moderar Trump caso ele se tornasse o candidato oficial do partido, uma suposição que ecoa padrões históricos analisados no primeiro capítulo da obra.

Esse padrão — elites políticas acreditando que podem controlar líderes populistas ou autoritários — aparece repetidamente em diversos episódios da história política moderna. Levitsky e Ziblatt sugerem que a experiência de 2016 representa uma variação contemporânea desse fenômeno. Assim como elites conservadoras europeias acreditaram poder controlar figuras como Hitler ou Mussolini no século XX, setores do Partido Republicano aparentemente acreditaram que Trump poderia ser integrado às estruturas tradicionais do partido sem provocar transformações profundas no sistema político. Outro aspecto importante discutido no capítulo refere-se à transformação do ambiente midiático contemporâneo. O crescimento das redes sociais e a fragmentação do sistema de comunicação política permitiram que candidatos desenvolvessem estratégias de mobilização direta com o eleitorado, reduzindo ainda mais a influência das instituições partidárias tradicionais. Trump utilizou essas ferramentas de maneira particularmente eficaz, construindo uma base política altamente mobilizada e independente das estruturas tradicionais do partido.

Nesse contexto, o capítulo sugere que a política contemporânea tornou-se mais vulnerável à ascensão de líderes populistas que conseguem mobilizar grandes segmentos do eleitorado por meio de discursos polarizadores e estratégias de comunicação direta. A combinação entre reformas institucionais,

mudanças tecnológicas e polarização política criou um ambiente em que os mecanismos tradicionais de contenção partidária tornaram-se significativamente mais fracos. A chamada “grande abdicação republicana”, portanto, não representa apenas um episódio específico da política norte-americana. Para Levitsky e Ziblatt, ela simboliza uma transformação mais ampla nas estruturas institucionais que historicamente sustentaram a democracia nos Estados Unidos. Quando partidos deixam de exercer sua função de guardiões institucionais e passam a responder exclusivamente a pressões eleitorais imediatas, a democracia torna-se mais vulnerável a lideranças que desafiam normas políticas fundamentais.

Nesse sentido, o capítulo amplia o argumento desenvolvido ao longo da obra ao demonstrar que a estabilidade das democracias depende profundamente da responsabilidade institucional das elites políticas. Quando partidos políticos abandonam seu papel de mediadores entre sociedade e poder estatal, o sistema democrático perde uma de suas principais salvaguardas contra a erosão autoritária. A análise apresentada por Levitsky e Ziblatt não se limita, portanto, à interpretação de um evento eleitoral específico. O episódio da candidatura de Trump é tratado como um exemplo contemporâneo de um padrão histórico mais amplo: democracias tornam-se vulneráveis quando elites políticas deixam de priorizar a defesa das instituições e passam a privilegiar estratégias eleitorais imediatas.

No quarto capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *Subvertendo a democracia*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt aprofundam o argumento central da obra ao examinar os mecanismos pelos quais líderes eleitos democraticamente podem gradualmente enfraquecer e transformar regimes democráticos em sistemas autoritários. Se os capítulos anteriores analisaram como figuras com inclinações autoritárias conseguem chegar ao poder por meio de processos eleitorais, o quarto capítulo concentra-se na etapa seguinte desse processo: a subversão gradual das instituições democráticas a partir do interior do próprio sistema político.

A análise parte de uma observação fundamental: nas democracias contemporâneas, a ruptura institucional raramente ocorre por meio de golpes militares clássicos ou da suspensão abrupta da ordem constitucional. Em vez disso, líderes autoritários frequentemente utilizam instrumentos legais e procedimentos institucionais existentes para enfraquecer gradualmente as estruturas que limitam o exercício do poder executivo. Esse processo de erosão institucional tende a ocorrer de maneira lenta e incremental, muitas vezes mantendo as aparências formais de legalidade democrática.

Segundo Levitsky e Ziblatt, esse padrão pode ser observado em diversos contextos políticos ao longo das últimas décadas. Regimes que inicialmente chegaram ao poder por meio de eleições competitivas passaram, gradualmente, a concentrar poder nas mãos do executivo, restringir a atuação da oposição política e enfraquecer instituições independentes. O resultado final desse processo não é necessariamente uma ditadura aberta, mas sim um sistema híbrido em que eleições continuam ocorrendo, porém em condições

profundamente desiguais. Os autores destacam que líderes com tendências autoritárias costumam seguir um conjunto relativamente previsível de estratégias para consolidar seu poder político. Entre essas estratégias, destacam-se três movimentos fundamentais: o controle ou neutralização dos árbitros institucionais, a marginalização ou eliminação da oposição política e a transformação das regras do jogo político de modo a favorecer permanentemente o grupo governante.

O primeiro desses movimentos envolve a tentativa de controlar instituições que funcionam como árbitros do sistema democrático, como tribunais constitucionais, órgãos eleitorais, agências reguladoras e instituições responsáveis pela fiscalização do poder executivo. Em democracias consolidadas, essas instituições desempenham papel crucial na manutenção do equilíbrio entre os poderes e na garantia do cumprimento das regras constitucionais. Quando líderes autoritários conseguem capturar ou enfraquecer esses órgãos, a capacidade do sistema político de limitar o poder executivo torna-se significativamente reduzida.

Levitsky e Ziblatt observam que esse processo raramente ocorre por meio de confrontos institucionais abertos. Em vez disso, líderes autoritários frequentemente utilizam instrumentos legais para alterar gradualmente a composição dessas instituições. Reformas judiciais, mudanças na estrutura de tribunais ou alterações nos procedimentos de nomeação de juízes podem ser utilizadas para garantir que órgãos originalmente concebidos para funcionar como mecanismos de controle passem a atuar de maneira alinhada ao governo.

O segundo movimento identificado pelos autores refere-se à marginalização da oposição política. Democracias dependem da existência de competição política efetiva entre diferentes grupos e partidos. No entanto, líderes autoritários frequentemente procuram enfraquecer seus adversários por meio de estratégias que vão desde campanhas sistemáticas de deslegitimação até o uso seletivo de instrumentos legais para perseguir opositores.

Esse processo pode assumir diversas formas. Em alguns casos, governos utilizam investigações judiciais ou acusações de corrupção para enfraquecer lideranças opositoras. Em outros, mudanças nas regras eleitorais ou restrições ao financiamento político são utilizadas para dificultar a organização de partidos adversários. Embora muitas dessas medidas possam ser formalmente justificadas em termos legais, seu efeito cumulativo tende a reduzir significativamente as condições de competição política.

O terceiro movimento consiste na alteração das regras institucionais que regulam o funcionamento do sistema político. Uma vez consolidado no poder, um governo com inclinações autoritárias pode procurar modificar regras eleitorais, redesenhar distritos eleitorais ou alterar procedimentos legislativos de modo a garantir vantagens permanentes para o grupo governante.

Essas transformações institucionais podem ocorrer de maneira aparentemente técnica ou administrativa, o que dificulta sua identificação como

ameaças diretas à democracia. Contudo, ao longo do tempo, tais mudanças podem alterar profundamente o equilíbrio do sistema político, tornando cada vez mais difícil que a oposição política consiga competir em condições equitativas.

Levitsky e Ziblatt enfatizam que a subversão democrática raramente ocorre de forma imediata. Ao contrário, trata-se de um processo gradual que pode levar anos ou até décadas para produzir efeitos plenamente visíveis. Durante esse período, instituições democráticas continuam existindo formalmente, eleições continuam sendo realizadas e constituições permanecem em vigor. No entanto, o funcionamento real dessas instituições torna-se progressivamente distorcido.

Esse fenômeno cria um desafio particular para a defesa da democracia. Como o processo de erosão institucional ocorre gradualmente e frequentemente dentro dos limites formais da legalidade, torna-se difícil mobilizar resistência política ou social contra essas transformações. Muitas vezes, atores políticos e cidadãos percebem a gravidade da situação apenas quando as instituições democráticas já foram significativamente enfraquecidas.

Outro aspecto importante destacado no capítulo é o papel da legitimidade eleitoral nesse processo. Líderes autoritários eleitos democraticamente frequentemente utilizam sua vitória eleitoral como justificativa para ampliar seus poderes institucionais. Ao reivindicar um mandato popular direto, esses líderes procuram apresentar qualquer forma de oposição institucional como tentativa ilegítima de bloquear a vontade do povo.

Essa retórica populista contribui para enfraquecer instituições intermediárias que desempenham papel fundamental nas democracias representativas. Tribunais, parlamentos, imprensa e órgãos de fiscalização passam a ser retratados como obstáculos burocráticos que impedem a implementação da vontade popular. Com isso, o próprio conceito de limitação do poder executivo — elemento central das democracias constitucionais — passa a ser questionado.

Levitsky e Ziblatt destacam que esse tipo de narrativa política frequentemente encontra terreno fértil em contextos de polarização social e desconfiança institucional. Quando grandes segmentos da população percebem as instituições políticas como corruptas ou ineficientes, torna-se mais fácil para líderes populistas justificar reformas que concentram poder no executivo.

O capítulo também enfatiza que a erosão democrática não ocorre apenas por iniciativa de líderes autoritários. Em muitos casos, esse processo depende da colaboração ou da passividade de outros atores políticos. Parlamentares, partidos aliados, elites econômicas e setores da sociedade civil podem, consciente ou inconscientemente, contribuir para a consolidação de governos que gradualmente enfraquecem instituições democráticas.

Essa dinâmica reforça um dos argumentos centrais da obra: a sobrevivência das democracias depende profundamente do comportamento das elites políticas. Quando atores institucionais deixam de defender normas democráticas

fundamentais ou passam a tolerar práticas autoritárias em nome de interesses políticos imediatos, o sistema democrático torna-se significativamente mais vulnerável. Ao analisar esses mecanismos de subversão institucional, Levitsky e Ziblatt demonstram que a ameaça contemporânea à democracia raramente assume a forma de rupturas institucionais espetaculares. Em vez disso, trata-se de um processo silencioso e progressivo, no qual líderes eleitos democraticamente utilizam os próprios instrumentos da democracia para enfraquecê-la.

Esse diagnóstico oferece uma perspectiva importante para compreender as transformações políticas observadas em diversas democracias ao longo do século XXI. O capítulo sugere que a defesa da democracia exige vigilância constante não apenas contra golpes militares ou revoluções políticas, mas também contra mudanças graduais que alteram o funcionamento das instituições democráticas a partir de dentro.

Ao final da análise, torna-se evidente que a subversão democrática raramente ocorre como evento isolado. Ela resulta de uma série de decisões políticas, reformas institucionais e transformações normativas que, acumuladas ao longo do tempo, alteram profundamente o equilíbrio entre poder e liberdade dentro de um regime político. O desafio central para as democracias contemporâneas, portanto, consiste em reconhecer e enfrentar esses processos antes que eles se tornem irreversíveis.

No quinto capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *As grades de proteção da democracia*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt aprofundam um dos argumentos mais importantes da obra: a ideia de que a estabilidade das democracias não depende apenas de constituições, leis ou instituições formais, mas também de um conjunto de normas informais que regulam o comportamento dos atores políticos. Essas normas funcionam como verdadeiras “grades de proteção” que impedem que disputas políticas legítimas se transformem em conflitos institucionais capazes de comprometer o funcionamento do regime democrático.

Após examinar, nos capítulos anteriores, os mecanismos pelos quais líderes autoritários podem chegar ao poder e subverter gradualmente instituições democráticas, os autores voltam-se agora para a questão inversa: quais fatores permitem que democracias sobrevivam por longos períodos sem entrar em colapso? A resposta proposta por Levitsky e Ziblatt enfatiza o papel de duas normas fundamentais que historicamente sustentaram o funcionamento das democracias modernas: a tolerância mútua entre adversários políticos e a contenção institucional no exercício do poder.

A primeira dessas normas, denominada pelos autores de tolerância mútua, refere-se à disposição dos atores políticos em reconhecer seus adversários como competidores legítimos dentro do sistema democrático. Em regimes democráticos estáveis, partidos e lideranças políticas aceitam que seus oponentes, embora possuam projetos políticos distintos ou mesmo radicalmente

divergentes, têm direito legítimo de participar da competição eleitoral e exercer o poder caso obtenham vitória nas urnas.

Essa norma é fundamental porque estabelece limites simbólicos e institucionais para o conflito político. Quando adversários são reconhecidos como competidores legítimos, disputas eleitorais permanecem dentro dos parâmetros da competição democrática. No entanto, quando atores políticos passam a considerar seus adversários como inimigos existenciais — ameaças à nação, à ordem social ou à própria sobrevivência do regime político — a lógica da competição democrática tende a ser substituída por uma lógica de confronto permanente. Levitsky e Ziblatt destacam que a erosão da tolerância mútua frequentemente representa um dos primeiros sinais de fragilidade democrática. Quando partidos políticos passam a retratar seus adversários como ilegítimos, corruptos ou perigosos para a sociedade, cria-se um ambiente político em que práticas autoritárias passam a ser justificadas como meios necessários para impedir que tais adversários alcancem ou mantenham o poder.

A segunda norma identificada pelos autores é a chamada contenção institucional. Essa norma refere-se à disposição dos atores políticos em exercer suas prerrogativas institucionais com moderação, evitando utilizar ao máximo todas as possibilidades legais disponíveis para ampliar seu poder ou enfraquecer adversários políticos. Constituições democráticas frequentemente oferecem amplas possibilidades de ação para governos e legisladores. No entanto, o funcionamento equilibrado dessas instituições depende da existência de limites informais que regulam o uso dessas prerrogativas. Quando atores políticos respeitam esses limites, o sistema institucional permanece estável. Quando esses limites são abandonados, abre-se espaço para disputas institucionais cada vez mais intensas, capazes de paralisar ou desestabilizar o sistema político.

Levitsky e Ziblatt argumentam que essas duas normas — tolerância mútua e contenção institucional — desempenharam papel fundamental na estabilidade da democracia norte-americana ao longo do século XX. Embora a Constituição dos Estados Unidos estabeleça regras formais para o funcionamento do sistema político, a continuidade da democracia no país dependeu, em grande medida, do compromisso das elites políticas com essas normas informais.

Os autores observam que, durante grande parte da história política norte-americana, partidos políticos evitaram utilizar certas estratégias institucionais extremas que, embora legalmente possíveis, poderiam comprometer o funcionamento do sistema político. Esse autocontrole institucional contribuiu para preservar o equilíbrio entre os poderes e evitar crises constitucionais recorrentes. Um exemplo desse tipo de contenção institucional pode ser observado no funcionamento do Congresso norte-americano. Ao longo de décadas, parlamentares evitaram explorar ao máximo instrumentos legislativos que poderiam ser utilizados para bloquear sistematicamente a ação do governo ou paralisar completamente o processo legislativo. Embora conflitos políticos intensos tenham ocorrido em diversos momentos da história do país, a

existência de limites informais contribuiu para evitar que tais disputas se transformassem em crises institucionais permanentes.

Contudo, Levitsky e Ziblatt destacam que essas normas informais não são garantidas permanentemente. Elas dependem do comportamento dos atores políticos e da cultura institucional que orienta suas ações. Quando partidos políticos passam a priorizar ganhos eleitorais imediatos em detrimento da estabilidade institucional, essas normas podem ser progressivamente enfraquecidas. O capítulo destaca que a erosão dessas normas começou a tornar-se mais evidente na política norte-americana a partir das últimas décadas do século XX. O aumento da polarização política, a transformação do sistema midiático e mudanças na estrutura do sistema partidário contribuíram para intensificar conflitos entre partidos e reduzir incentivos para a cooperação institucional.

Nesse novo ambiente político, adversários passaram a ser retratados cada vez mais como ameaças existenciais à ordem política e social. Essa transformação retórica teve consequências significativas para o funcionamento das instituições democráticas. Quando atores políticos deixam de reconhecer seus adversários como competidores legítimos, torna-se mais fácil justificar medidas institucionais agressivas destinadas a impedir sua ascensão ao poder.

Ao mesmo tempo, a norma de contenção institucional também começou a enfraquecer. Instrumentos institucionais que antes eram utilizados com moderação passaram a ser empregados de maneira cada vez mais agressiva em disputas políticas. O uso intensivo de mecanismos legislativos para bloquear nomeações, obstruir votações ou ampliar poderes executivos tornou-se progressivamente mais comum.

Levitsky e Ziblatt enfatizam que o enfraquecimento dessas normas representa um risco significativo para a estabilidade democrática. Embora constituições e instituições formais possam permanecer intactas, a deterioração das práticas políticas que sustentam seu funcionamento pode gerar um ambiente de conflito institucional permanente.

Nesse sentido, o capítulo demonstra que a democracia não depende apenas de regras jurídicas ou estruturas institucionais bem desenhadas. Seu funcionamento efetivo exige também um conjunto de compromissos políticos compartilhados entre os principais atores do sistema. Esses compromissos funcionam como mecanismos informais de moderação que impedem que disputas políticas ultrapassem limites capazes de comprometer o regime democrático. Outro aspecto importante discutido no capítulo refere-se ao caráter invisível dessas normas institucionais. Diferentemente de constituições ou leis eleitorais, normas informais frequentemente passam despercebidas pelos cidadãos e até mesmo por analistas políticos. Elas operam silenciosamente no cotidiano das instituições, regulando comportamentos e estabelecendo limites implícitos para a competição política.

Essa invisibilidade torna a erosão dessas normas particularmente perigosa. Quando tolerância mútua e contenção institucional começam a

desaparecer, as mudanças no funcionamento do sistema político podem ocorrer de maneira gradual e pouco perceptível. Apenas quando conflitos institucionais se tornam intensos ou crises políticas se aprofundam é que a importância dessas normas se torna plenamente evidente.

Levitsky e Ziblatt concluem o capítulo enfatizando que a preservação da democracia depende da manutenção dessas grades de proteção informais. Instituições formais podem fornecer a estrutura básica de um regime democrático, mas sua estabilidade a longo prazo depende da disposição dos atores políticos em respeitar limites que vão além do que está explicitamente escrito na lei. Nesse sentido, o capítulo oferece uma reflexão importante sobre os fundamentos normativos da democracia contemporânea. Ao destacar o papel das normas informais na estabilidade institucional, os autores sugerem que a defesa da democracia exige não apenas reformas institucionais ou mudanças legais, mas também a reconstrução de uma cultura política baseada no reconhecimento da legitimidade dos adversários e no exercício moderado do poder.

Com isso, *As grades de proteção da democracia* aprofunda a análise desenvolvida ao longo da obra ao mostrar que o destino das democracias depende tanto de instituições formais quanto de práticas políticas que, embora frequentemente invisíveis, desempenham papel fundamental na preservação do regime democrático.

No sexto capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *As regras não escritas da política norte-americana*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt aprofundam a discussão iniciada no capítulo anterior ao examinar como normas informais moldaram, ao longo do tempo, o funcionamento da democracia nos Estados Unidos. Se o capítulo anterior apresentou os princípios gerais que sustentam essas normas — especialmente a tolerância mútua e a contenção institucional —, o sexto capítulo busca demonstrar como essas práticas se desenvolveram historicamente no sistema político norte-americano e de que maneira contribuíram para a estabilidade institucional do país.

A análise proposta pelos autores parte de uma constatação fundamental: constituições e instituições formais não são suficientes, por si só, para garantir o funcionamento duradouro de uma democracia. Embora a Constituição dos Estados Unidos estabeleça regras claras para a divisão de poderes, para o funcionamento do sistema eleitoral e para a organização das instituições políticas, o funcionamento efetivo desse sistema dependeu, ao longo da história, de práticas informais que limitaram o uso extremo das prerrogativas institucionais.

Essas regras não escritas funcionaram como mecanismos de moderação política que impediram que disputas partidárias se transformassem em crises institucionais permanentes. Em outras palavras, o equilíbrio institucional norte-americano foi sustentado não apenas por regras jurídicas, mas também por convenções políticas compartilhadas entre as principais forças partidárias.

Levitsky e Ziblatt argumentam que uma das características mais importantes dessas normas informais foi o compromisso das elites políticas com

a ideia de que o sistema democrático deveria ser preservado mesmo em momentos de intensa competição política. Isso significava, na prática, que partidos evitavam explorar ao máximo todas as possibilidades institucionais disponíveis para derrotar seus adversários, preferindo manter certo grau de moderação no exercício do poder.

Essa prática tornou-se particularmente relevante em um sistema político como o norte-americano, marcado por fortes mecanismos de separação de poderes. A Constituição dos Estados Unidos estabelece uma estrutura institucional na qual diferentes poderes possuem capacidade significativa de bloquear decisões uns dos outros. Sem a existência de normas informais que incentivassem a cooperação institucional, esse sistema poderia facilmente degenerar em paralisia política constante.

Ao longo de grande parte do século XX, no entanto, partidos políticos norte-americanos conseguiram manter certo grau de cooperação institucional mesmo em contextos de intensa rivalidade eleitoral. Presidentes, congressistas e líderes partidários frequentemente evitavam utilizar estratégias institucionais extremas que pudessem comprometer o funcionamento do sistema político.

Levitsky e Ziblatt destacam que esse padrão de comportamento político estava profundamente relacionado à cultura institucional das elites norte-americanas. Durante décadas, líderes partidários reconheceram que a estabilidade do sistema democrático dependia da preservação de certas convenções políticas que limitavam o uso estratégico das instituições.

Entre essas convenções, destacava-se a disposição de aceitar derrotas eleitorais como parte legítima do processo democrático. Partidos que perdiam eleições reconheciam a legitimidade do resultado e permitiam a transição pacífica do poder. Esse princípio, aparentemente simples, constitui um dos pilares fundamentais da democracia moderna. Sem o reconhecimento mútuo da legitimidade eleitoral, disputas políticas podem facilmente degenerar em crises institucionais ou conflitos prolongados.

Outra prática importante discutida pelos autores refere-se ao uso moderado de instrumentos institucionais disponíveis ao executivo e ao legislativo. Embora presidentes possuam amplas prerrogativas institucionais, historicamente houve certa relutância em expandir excessivamente esses poderes por meio de interpretações agressivas da Constituição ou de medidas executivas controversas. Da mesma forma, o Congresso frequentemente evitou utilizar estratégias legislativas extremas que pudessem bloquear completamente o funcionamento do governo.

Essas práticas refletem o funcionamento da chamada contenção institucional, conceito desenvolvido pelos autores para descrever a disposição dos atores políticos em exercer suas prerrogativas com moderação. Em vez de explorar ao máximo todas as possibilidades institucionais disponíveis, líderes políticos adotavam uma postura de autocontrole destinada a preservar a estabilidade do sistema político.

No entanto, Levitsky e Ziblatt argumentam que esse conjunto de normas informais começou a enfraquecer progressivamente nas últimas décadas do século XX. A política norte-americana tornou-se cada vez mais marcada por polarização ideológica, competição eleitoral intensa e crescente desconfiança entre partidos políticos. Nesse novo contexto, incentivos para a cooperação institucional tornaram-se significativamente mais fracos.

O aumento da polarização política contribuiu para transformar adversários em inimigos políticos, dificultando o reconhecimento da legitimidade do outro lado no sistema democrático. Quando partidos passam a considerar seus adversários como ameaças fundamentais ao país ou à ordem social, torna-se mais fácil justificar o uso agressivo de instrumentos institucionais para impedir sua ascensão ao poder. Ao mesmo tempo, transformações no sistema de comunicação política intensificaram essa dinâmica. O crescimento de meios de comunicação partidários e a fragmentação do ambiente midiático contribuíram para aprofundar divisões ideológicas e reduzir espaços de consenso político. Nesse cenário, estratégias políticas que antes seriam consideradas excessivamente agressivas passaram a ser justificadas como respostas necessárias à ameaça representada pelo adversário.

Levitsky e Ziblatt também destacam que mudanças institucionais ocorridas ao longo das últimas décadas alteraram o funcionamento do sistema partidário norte-americano. Reformas eleitorais, transformações nas eleições primárias e o crescimento da influência de grupos ideológicos dentro dos partidos contribuíram para enfraquecer mecanismos tradicionais de moderação política. Essas mudanças reduziram a capacidade das lideranças partidárias de controlar o comportamento de seus membros e de impor limites institucionais à competição política. Como resultado, disputas políticas tornaram-se progressivamente mais intensas e menos reguladas por normas informais de cooperação.

O capítulo enfatiza que o enfraquecimento dessas regras não escritas representa um risco significativo para a estabilidade democrática. Quando normas informais que regulam o comportamento dos atores políticos deixam de operar, instituições formais passam a ser utilizadas de maneira cada vez mais agressiva em disputas partidárias.

Esse processo pode gerar um ciclo de escalada institucional no qual cada partido procura explorar ao máximo suas prerrogativas para obter vantagens políticas. Ao longo do tempo, essa dinâmica pode levar ao colapso das práticas de moderação que historicamente sustentaram o funcionamento das instituições democráticas. Levitsky e Ziblatt sugerem que a política norte-americana entrou, nas últimas décadas, em uma fase marcada pela erosão dessas normas informais. Embora instituições formais permaneçam intactas, a deterioração das práticas políticas que regulam seu funcionamento pode produzir efeitos significativos na estabilidade do sistema democrático.

Nesse sentido, o capítulo destaca que a sobrevivência da democracia depende não apenas de regras jurídicas ou de estruturas institucionais bem

desenhadas. Ela exige também um compromisso contínuo dos atores políticos com práticas de moderação, reconhecimento mútuo e respeito às convenções que historicamente sustentaram o funcionamento das instituições.

Ao examinar a evolução dessas regras não escritas, Levitsky e Ziblatt demonstram que democracias podem permanecer estáveis por longos períodos quando atores políticos respeitam limites informais que regulam o exercício do poder. No entanto, quando essas normas começam a desaparecer, o sistema institucional torna-se progressivamente mais vulnerável a crises políticas e disputas institucionais intensas.

Com isso, o capítulo reforça um dos argumentos centrais da obra: a democracia é sustentada tanto por instituições formais quanto por normas informais que orientam o comportamento dos atores políticos. A erosão dessas normas pode não ser imediatamente visível, mas seus efeitos acumulativos podem alterar profundamente o funcionamento do regime democrático.

No sétimo capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *A desintegração*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt analisam o processo histórico que levou ao enfraquecimento das normas informais que sustentaram, por décadas, a estabilidade da democracia norte-americana. Após demonstrar nos capítulos anteriores a importância da tolerância mútua e da contenção institucional para o funcionamento equilibrado do sistema político, os autores buscam compreender como essas normas começaram a se deteriorar ao longo da segunda metade do século XX.

O argumento central do capítulo é que a política norte-americana passou por um processo gradual de polarização e reorganização partidária que acabou minando os fundamentos normativos da democracia. Esse processo não ocorreu de maneira repentina, mas resultou de transformações políticas, sociais e institucionais que se desenvolveram ao longo de várias décadas.

Para Levitsky e Ziblatt, a chave para compreender esse processo encontra-se na transformação do sistema partidário norte-americano. Durante grande parte do século XX, os partidos Democrata e Republicano eram internamente heterogêneos, abrigando diferentes correntes ideológicas e interesses regionais. Essa heterogeneidade funcionava como um fator de moderação política, pois dificultava a consolidação de posições ideológicas extremamente polarizadas dentro do sistema partidário.

Nesse período, tanto o Partido Democrata quanto o Partido Republicano possuíam alas conservadoras e progressistas, o que favorecia a formação de coalizões políticas transversais dentro do Congresso. Como resultado, disputas políticas frequentemente ocorriam dentro dos próprios partidos, e não exclusivamente entre eles. Essa estrutura partidária relativamente fluida contribuiu para reduzir a intensidade da polarização ideológica e facilitou a cooperação institucional entre diferentes setores do sistema político.

No entanto, essa configuração começou a mudar profundamente a partir da década de 1960. Levitsky e Ziblatt argumentam que um dos momentos decisivos nesse processo foi o movimento pelos direitos civis e as transformações

políticas que se seguiram à sua aprovação. A aprovação de legislações destinadas a garantir direitos civis para a população afro-americana provocou uma profunda reorganização do sistema partidário norte-americano.

Historicamente, o Partido Democrata abrigava setores conservadores do sul dos Estados Unidos que defendiam a manutenção da segregação racial. Com a aprovação das reformas de direitos civis, muitos desses eleitores e lideranças políticas passaram a migrar progressivamente para o Partido Republicano. Esse processo contribuiu para um realinhamento político que gradualmente transformou os partidos norte-americanos em organizações mais ideologicamente homogêneas.

À medida que essa reorganização partidária avançava, o sistema político tornou-se progressivamente mais polarizado. O Partido Democrata passou a concentrar eleitores e lideranças com posições progressistas, enquanto o Partido Republicano tornou-se cada vez mais associado a posições conservadoras. Esse processo reduziu significativamente os espaços de convergência ideológica entre os dois partidos. Levitsky e Ziblatt destacam que a polarização política por si só não constitui necessariamente uma ameaça à democracia. Em muitos sistemas democráticos, partidos possuem identidades ideológicas claras e disputam o poder com base em projetos políticos distintos. O problema surge quando a polarização política se transforma em polarização afetiva, isto é, quando adversários políticos passam a ser percebidos não apenas como oponentes ideológicos, mas como inimigos ilegítimos ou ameaças existenciais.

Esse tipo de polarização tende a corroer a norma da tolerância mútua que sustenta o funcionamento das democracias. Quando atores políticos deixam de reconhecer a legitimidade de seus adversários, torna-se mais fácil justificar práticas institucionais agressivas destinadas a impedir que o outro lado alcance ou exerça o poder.

Os autores argumentam que esse processo de radicalização política foi intensificado por transformações no sistema de comunicação política. O crescimento de meios de comunicação ideologicamente alinhados, a fragmentação do ambiente midiático e o surgimento de novas plataformas de comunicação contribuíram para aprofundar divisões políticas e reforçar percepções negativas sobre adversários políticos.

Nesse novo ambiente político, discursos que retratam o adversário como ameaça à nação ou à ordem social tornaram-se cada vez mais comuns. Esse tipo de retórica contribui para enfraquecer normas de moderação institucional e cria incentivos para o uso agressivo de instrumentos políticos destinados a derrotar o adversário. Levitsky e Ziblatt também destacam o papel desempenhado por mudanças institucionais ocorridas dentro do sistema político norte-americano. Reformas nas regras legislativas, transformações nas eleições primárias e o crescimento da influência de grupos ideológicos dentro dos partidos contribuíram para reduzir a capacidade das lideranças partidárias de moderar conflitos políticos.

Essas mudanças tornaram o sistema político mais suscetível à influência de setores ideologicamente mais radicalizados. Ao mesmo tempo, a competição eleitoral tornou-se mais intensa, incentivando partidos e candidatos a adotar estratégias políticas mais agressivas para mobilizar suas bases eleitorais.

Como resultado dessas transformações, normas informais que historicamente regulavam o comportamento das elites políticas começaram a se enfraquecer. A disposição para cooperar institucionalmente com adversários políticos diminuiu, e estratégias destinadas a explorar ao máximo as prerrogativas institucionais passaram a ser utilizadas com maior frequência.

Levitsky e Ziblatt argumentam que esse processo de desintegração normativa criou um ambiente político no qual práticas anteriormente consideradas inaceitáveis passaram a ser gradualmente normalizadas. A competição política tornou-se cada vez mais marcada por confrontos institucionais, bloqueios legislativos e disputas destinadas a enfraquecer adversários políticos. Esse cenário contribuiu para preparar o terreno político no qual lideranças populistas ou autoritárias poderiam emergir com maior facilidade. Em um ambiente político profundamente polarizado, eleitores tendem a apoiar candidatos que prometem derrotar o adversário a qualquer custo, mesmo que isso implique o enfraquecimento de instituições democráticas.

O capítulo sugere que a ascensão de lideranças políticas com discursos mais agressivos e confrontacionais não pode ser compreendida isoladamente. Ela deve ser interpretada como resultado de transformações estruturais que alteraram profundamente o funcionamento do sistema político norte-americano.

Nesse sentido, Levitsky e Ziblatt apresentam a desintegração das normas democráticas como um processo histórico complexo que envolve mudanças sociais, transformações institucionais e reconfigurações ideológicas dentro do sistema partidário. A deterioração da tolerância mútua e da contenção institucional não ocorreu por decisão deliberada de um único grupo político, mas como resultado acumulado de transformações que gradualmente alteraram os incentivos e comportamentos dentro da política norte-americana.

Ao final do capítulo, torna-se evidente que a democracia pode permanecer formalmente intacta mesmo quando as normas que sustentam seu funcionamento começam a desaparecer. Eleições continuam sendo realizadas, instituições permanecem em funcionamento e constituições continuam em vigor. No entanto, quando a confiança entre adversários políticos se deteriora e a competição política passa a ser guiada por lógicas de confronto permanente, o sistema democrático torna-se significativamente mais vulnerável.

Assim, *A desintegração* representa um momento crucial na argumentação desenvolvida por Levitsky e Ziblatt. O capítulo demonstra que o enfraquecimento das normas informais que sustentaram a política norte-americana criou as condições institucionais e culturais que permitiriam, posteriormente, o surgimento de novas ameaças à estabilidade democrática.

No oitavo capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *Trump contra as grades de proteção*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt examinam como a presidência de Donald Trump representou um teste significativo para as normas informais que historicamente sustentaram o funcionamento da democracia norte-americana. Após demonstrar nos capítulos anteriores que a estabilidade democrática depende não apenas de instituições formais, mas também de práticas políticas baseadas na tolerância mútua e na contenção institucional, os autores voltam-se agora para analisar como essas normas foram tensionadas durante o governo Trump.

O argumento central do capítulo é que a presidência de Trump colocou sob pressão as "grades de proteção" da democracia norte-americana, isto é, o conjunto de normas informais que limitam o uso do poder político mesmo quando esse uso seria formalmente permitido pelas instituições. Ao adotar estratégias políticas e retóricas que frequentemente ignoravam essas convenções históricas, Trump contribuiu para intensificar a erosão das práticas de moderação institucional que haviam sustentado o sistema político norte-americano ao longo do século XX.

Levitsky e Ziblatt destacam que, desde o início de sua campanha presidencial, Trump demonstrou disposição para desafiar normas políticas estabelecidas. Entre os comportamentos identificados pelos autores estão ataques frequentes à legitimidade de adversários políticos, questionamentos à integridade do sistema eleitoral, críticas abertas à imprensa e pressões públicas sobre instituições que tradicionalmente operam de maneira independente do poder executivo. Embora tais atitudes não representassem necessariamente violações diretas da Constituição ou das leis norte-americanas, elas indicavam uma ruptura significativa com práticas políticas consolidadas. Ao longo da história da democracia norte-americana, presidentes geralmente evitaram atacar abertamente instituições que desempenham papel central na manutenção do equilíbrio entre os poderes, como tribunais, órgãos de fiscalização e a imprensa independente.

Levitsky e Ziblatt argumentam que essas práticas de moderação institucional funcionaram historicamente como importantes mecanismos de contenção do poder executivo. Mesmo quando presidentes possuíam autoridade formal para adotar determinadas medidas, normas informais frequentemente limitavam o uso dessas prerrogativas em nome da preservação da estabilidade institucional.

Durante a presidência de Trump, no entanto, várias dessas normas foram colocadas à prova. Um dos exemplos discutidos pelos autores refere-se às frequentes críticas do presidente à imprensa. Trump utilizou repetidamente retórica agressiva contra veículos de comunicação, retratando jornalistas e meios de comunicação como adversários políticos ou como disseminadores deliberados de informações falsas. Embora críticas à imprensa façam parte da dinâmica normal da política democrática, o tom e a intensidade dessas críticas representaram uma ruptura com padrões anteriores de comportamento presidencial.

Outro aspecto destacado pelos autores refere-se à relação de Trump com instituições responsáveis pela fiscalização do poder executivo. Em diversas ocasiões, o presidente expressou publicamente insatisfação com investigações conduzidas por órgãos governamentais ou por autoridades judiciais. Essas reações foram interpretadas por Levitsky e Ziblatt como tentativas de pressionar instituições que, em democracias consolidadas, costumam operar de maneira relativamente independente do poder político.

Os autores também analisam a forma como Trump se relacionou com adversários políticos. Em diferentes momentos, o presidente utilizou linguagem que sugeria a criminalização de opositores ou que questionava sua legitimidade como participantes do sistema político. Para Levitsky e Ziblatt, esse tipo de retórica contribui para enfraquecer a norma da tolerância mútua, um dos pilares que sustentam o funcionamento das democracias.

Quando adversários políticos passam a ser retratados como criminosos, inimigos da nação ou ameaças existenciais ao país, a competição política deixa de ocorrer dentro dos limites da disputa democrática normal. Nesse ambiente, torna-se mais fácil justificar práticas institucionais agressivas destinadas a impedir que o outro lado alcance ou exerça o poder.

Levitsky e Ziblatt enfatizam que o impacto dessas práticas não depende apenas das ações de um líder político específico. O efeito mais significativo ocorre quando tais comportamentos passam a ser normalizados dentro do sistema político. Quando práticas que antes eram consideradas inaceitáveis tornam-se parte do repertório político cotidiano, as normas informais que sustentam o funcionamento das instituições começam a se enfraquecer.

Ao mesmo tempo, os autores destacam que o sistema político norte-americano demonstrou certa capacidade de resistência institucional durante o período analisado. Tribunais, órgãos de fiscalização, parte do Congresso e setores da sociedade civil atuaram como mecanismos de contenção que limitaram algumas das iniciativas mais controversas do governo.

Essa resistência institucional ilustra a importância da separação de poderes e da existência de múltiplos centros de autoridade dentro de democracias constitucionais. Mesmo quando um líder político demonstra disposição para expandir seu poder, a presença de instituições independentes pode dificultar ou retardar processos de concentração de autoridade.

Contudo, Levitsky e Ziblatt alertam que a resistência institucional por si só não garante a preservação da democracia a longo prazo. Quando normas informais que regulam o comportamento dos atores políticos são sistematicamente desafiadas, o sistema institucional pode tornar-se progressivamente mais frágil.

A preocupação central expressa pelos autores não reside apenas em ações específicas do governo Trump, mas na possibilidade de que mudanças nas práticas políticas produzam efeitos duradouros no funcionamento das instituições democráticas. Uma vez que normas de moderação institucional são

abandonadas, torna-se mais difícil restabelecê-las em contextos de intensa competição política.

O capítulo também destaca o papel da polarização política nesse processo. Em ambientes políticos altamente polarizados, eleitores e lideranças partidárias tendem a tolerar comportamentos institucionais agressivos por parte de seus próprios líderes, desde que esses comportamentos sejam percebidos como necessários para derrotar o adversário político. Essa dinâmica contribui para enfraquecer incentivos para a moderação institucional.

Levitsky e Ziblatt sugerem que a presidência de Trump deve ser compreendida dentro de um contexto político mais amplo marcado por décadas de polarização crescente e deterioração das normas democráticas. Nesse sentido, Trump não seria apenas causa, mas também consequência de transformações estruturais que alteraram profundamente o funcionamento da política norte-americana.

Ao examinar esse período, os autores procuram demonstrar que democracias raramente entram em colapso de forma súbita. Em vez disso, elas são frequentemente testadas por lideranças que desafiam normas institucionais estabelecidas. A capacidade de um sistema democrático resistir a esses desafios depende da força de suas instituições, da vigilância da sociedade civil e do compromisso das elites políticas com os princípios fundamentais do regime democrático.

Assim, *Trump contra as grades de proteção* representa um momento decisivo na análise desenvolvida ao longo da obra. O capítulo mostra como as normas informais que sustentaram a democracia norte-americana foram submetidas a um intenso processo de teste e revela, ao mesmo tempo, a importância dessas normas para a preservação da estabilidade institucional.

A análise de Levitsky e Ziblatt sugere que o futuro das democracias depende não apenas de suas estruturas formais, mas também da disposição dos atores políticos em preservar práticas institucionais que limitam o uso do poder e garantem a continuidade da competição democrática dentro de parâmetros legítimos.

No nono e último capítulo de *Como as Democracias Morrem*, intitulado *Salvando a democracia*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt voltam-se para a questão normativa e prospectiva que atravessa toda a obra: diante da erosão das normas democráticas e do enfraquecimento das instituições políticas, quais caminhos permanecem disponíveis para preservar e fortalecer a democracia? Após examinar, nos capítulos anteriores, os mecanismos pelos quais democracias entram em crise, os autores procuram identificar estratégias capazes de conter ou reverter processos de deterioração institucional.

A análise parte de uma constatação fundamental: democracias raramente entram em colapso de maneira instantânea ou inevitável. Mesmo quando instituições e normas políticas começam a se deteriorar, ainda existem possibilidades de reconstrução democrática. No entanto, essa reconstrução exige

ação política consciente, comprometimento institucional e, sobretudo, a reconstrução de práticas e normas que sustentam o funcionamento da democracia.

Levitsky e Ziblatt enfatizam que a defesa da democracia não pode depender exclusivamente de instituições formais. Embora constituições, tribunais e mecanismos legais desempenhem papel importante na limitação do poder político, a estabilidade de regimes democráticos depende também do comportamento dos atores políticos e do compromisso coletivo com normas democráticas fundamentais. Nesse sentido, os autores retomam um dos argumentos centrais desenvolvidos ao longo da obra: a importância da tolerância mútua e da contenção institucional como pilares normativos da democracia. A reconstrução da democracia exige a revitalização dessas práticas políticas, que funcionam como mecanismos informais de moderação do poder e de reconhecimento da legitimidade dos adversários políticos.

Levitsky e Ziblatt argumentam que a tolerância mútua implica reconhecer que adversários políticos possuem o direito legítimo de participar da competição eleitoral e de exercer o poder caso obtenham apoio eleitoral suficiente. Esse reconhecimento constitui um elemento essencial para impedir que disputas políticas se transformem em conflitos existenciais nos quais cada lado procura eliminar o outro do sistema político. Quando adversários políticos passam a ser vistos como inimigos que ameaçam a sobrevivência do país ou da ordem social, o ambiente político torna-se propício para a adoção de medidas autoritárias destinadas a impedir que esses adversários cheguem ao poder. Nesse contexto, práticas democráticas como eleições competitivas, alternância de poder e liberdade de expressão tornam-se progressivamente mais frágeis.

A contenção institucional, por sua vez, refere-se à disposição dos atores políticos em exercer suas prerrogativas de maneira moderada, evitando explorar ao máximo todas as possibilidades legais disponíveis para ampliar seu poder ou enfraquecer adversários. Em democracias estáveis, líderes políticos frequentemente evitam utilizar instrumentos institucionais extremos mesmo quando possuem base legal para fazê-lo, justamente para preservar o equilíbrio do sistema político. Levitsky e Ziblatt sugerem que a revitalização dessas normas exige mudanças no comportamento das elites políticas. Partidos políticos, lideranças institucionais e autoridades governamentais desempenham papel crucial na preservação das práticas que sustentam o funcionamento da democracia. Quando essas elites demonstram compromisso com princípios democráticos, tornam-se capazes de limitar processos de radicalização política e de reconstruir padrões de cooperação institucional.

Os autores também destacam a importância da formação de amplas coalizões políticas em defesa da democracia. Em contextos de ameaça autoritária, partidos e movimentos políticos que normalmente competem entre si podem precisar cooperar temporariamente para preservar instituições democráticas fundamentais. Esse tipo de cooperação exige disposição para superar divisões ideológicas em nome da proteção do regime democrático.

Ao longo da história política moderna, exemplos desse tipo de cooperação foram observados em diversos países que enfrentaram crises democráticas. Em alguns casos, partidos políticos de diferentes orientações ideológicas uniram-se para impedir a consolidação de regimes autoritários ou para restaurar instituições democráticas enfraquecidas.

Levitsky e Ziblatt argumentam que esse tipo de estratégia pode desempenhar papel importante na contenção de lideranças populistas ou autoritárias. Quando partidos democráticos se recusam a colaborar com líderes que demonstram desprezo pelas instituições e normas políticas fundamentais, torna-se mais difícil para esses líderes consolidarem seu poder.

No entanto, os autores também reconhecem que a formação de coalizões amplas em defesa da democracia apresenta desafios significativos. Em contextos de intensa polarização política, eleitores e lideranças partidárias frequentemente resistem a alianças com adversários ideológicos. Além disso, tais coalizões podem gerar tensões internas e conflitos programáticos que dificultam sua manutenção ao longo do tempo.

Outro elemento importante destacado pelos autores refere-se ao papel da sociedade civil na defesa das instituições democráticas. Organizações sociais, movimentos cívicos, meios de comunicação independentes e instituições acadêmicas desempenham papel fundamental na vigilância do poder político e na defesa de normas democráticas. Quando esses atores permanecem ativos e mobilizados, tornam-se capazes de denunciar abusos institucionais e de pressionar autoridades públicas a respeitar limites democráticos.

A mobilização social em defesa da democracia pode assumir diversas formas, desde protestos públicos e campanhas de conscientização até iniciativas destinadas a fortalecer instituições cívicas e promover educação política. Essas ações contribuem para reforçar a cultura democrática e para manter viva a percepção de que instituições políticas pertencem à sociedade como um todo, e não apenas às elites governantes. Levitsky e Ziblatt também destacam que a preservação da democracia exige enfrentar problemas estruturais que alimentam a polarização política e a desconfiança institucional. Desigualdades sociais profundas, exclusão política e percepções de injustiça institucional podem gerar ressentimentos que são frequentemente explorados por líderes populistas.

Nesse sentido, a reconstrução democrática exige não apenas mudanças institucionais, mas também políticas públicas capazes de ampliar inclusão social, fortalecer confiança nas instituições e reduzir tensões que alimentam conflitos políticos intensos. Democracias mais inclusivas tendem a gerar maior legitimidade institucional e a reduzir incentivos para a adoção de estratégias políticas extremas.

Os autores concluem que salvar a democracia não significa restaurar um estado ideal de harmonia política, mas sim reconstruir condições mínimas que permitam a continuidade da competição democrática dentro de limites institucionais legítimos. Conflitos políticos são parte inerente da democracia, mas

esses conflitos precisam ocorrer dentro de regras compartilhadas que garantam a alternância pacífica de poder e o respeito aos direitos políticos fundamentais.

Assim, o capítulo final da obra apresenta uma reflexão sobre a responsabilidade coletiva na preservação das instituições democráticas. Democracias não são sistemas políticos autoexecutáveis; elas dependem continuamente do comportamento de cidadãos, líderes políticos e instituições sociais que reconhecem o valor da ordem democrática e estão dispostos a defendê-la. Ao encerrar a análise, Levitsky e Ziblatt reforçam uma das ideias mais importantes da obra: a democracia raramente morre de uma vez só, mas também pode ser preservada quando atores políticos e sociais se mobilizam para proteger as normas e instituições que sustentam o regime democrático. A sobrevivência da democracia, portanto, depende da disposição contínua de indivíduos e instituições em defender princípios que limitam o poder e garantem a liberdade política.

Como as democracias morrem: oito anos depois

Quando *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, foi publicado em 2018, o debate internacional sobre o futuro das democracias liberais encontrava-se em um momento de forte inquietação. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 havia despertado preocupações acerca da estabilidade institucional de uma das democracias mais antigas do mundo. Ao mesmo tempo, diversos países experimentavam processos de erosão democrática, caracterizados pelo fortalecimento de lideranças populistas, pela polarização política crescente e pela desconfiança generalizada em relação às instituições representativas.

O argumento central apresentado pelos autores era relativamente simples, embora profundamente perturbador: as democracias contemporâneas raramente morrem por golpes militares ou rupturas institucionais abruptas; elas tendem a se deteriorar gradualmente, a partir de dentro, quando líderes eleitos democraticamente passam a enfraquecer normas e instituições que limitam o exercício do poder. Esse processo ocorre de maneira lenta e incremental, muitas vezes mantendo as aparências formais da legalidade democrática.

Oito anos após a publicação da obra, a pergunta que se impõe é inevitável: até que ponto as advertências de Levitsky e Ziblatt se confirmaram? Em um cenário internacional marcado por guerras, tensões geopolíticas, instabilidade econômica e crescente fragilidade institucional em diversas democracias, a análise proposta pelos autores parece adquirir nova relevância. Ao mesmo tempo, o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos reacendeu debates sobre os limites institucionais da democracia contemporânea e sobre a capacidade das instituições democráticas de resistirem a pressões autoritárias.

Este ensaio propõe revisitar os conceitos centrais de *Como as democracias morrem* à luz dos acontecimentos recentes, examinando em que medida o

diagnóstico apresentado pelos autores permanece válido e quais novos desafios se colocam para o futuro das democracias no século XXI.

Uma das contribuições mais importantes da obra de Levitsky e Ziblatt foi a reformulação da maneira como a ciência política compreende o colapso das democracias. Durante grande parte do século XX, o fim de regimes democráticos esteve frequentemente associado a golpes militares ou revoluções políticas abruptas. A experiência latino-americana das décadas de 1960 e 1970, marcada por sucessivas intervenções militares, consolidou essa imagem clássica do colapso democrático. No entanto, o cenário político global das últimas décadas revelou uma dinâmica distinta. Em muitos casos, líderes autoritários chegaram ao poder por meio de eleições competitivas e, uma vez no governo, passaram a enfraquecer gradualmente instituições democráticas sem abolir formalmente o regime constitucional.

Essa forma de transformação política foi observada em diversos contextos nacionais ao longo das últimas duas décadas. Países que anteriormente eram considerados democracias relativamente consolidadas passaram a experimentar processos de concentração de poder executivo, enfraquecimento do sistema judiciário, restrições à imprensa e manipulação das regras eleitorais.

Esse padrão levou Levitsky e Ziblatt a argumentar que o perigo contemporâneo para a democracia não reside apenas em rupturas institucionais espetaculares, mas também em mudanças graduais que alteram silenciosamente o funcionamento do sistema político. Nesse modelo de deterioração democrática, eleições continuam sendo realizadas, constituições permanecem em vigor e instituições formais seguem existindo. Contudo, o equilíbrio institucional que sustenta a democracia torna-se progressivamente mais frágil.

O mundo político dos anos 2020 parece confirmar, em grande medida, essa análise. Em diferentes regiões do planeta, democracias têm enfrentado pressões crescentes provenientes de lideranças políticas que contestam normas institucionais estabelecidas ou que procuram ampliar o poder executivo por meio de interpretações expansivas da lei.

Outro elemento central da análise de Levitsky e Ziblatt refere-se ao papel das normas informais na sustentação das democracias. Para os autores, constituições e instituições formais não são suficientes para garantir a estabilidade de um regime democrático. O funcionamento efetivo da democracia depende também de práticas políticas baseadas em duas normas fundamentais: tolerância mútua e contenção institucional.

A tolerância mútua refere-se à disposição dos atores políticos em reconhecer seus adversários como competidores legítimos dentro do sistema democrático. Em democracias estáveis, partidos e lideranças políticas aceitam que seus oponentes têm direito de participar da competição eleitoral e de governar caso obtenham vitória nas urnas.

A contenção institucional, por sua vez, diz respeito à disposição dos atores políticos em exercer suas prerrogativas com moderação, evitando explorar ao

máximo todas as possibilidades legais disponíveis para ampliar seu poder ou enfraquecer adversários.

O enfraquecimento dessas normas representa, segundo Levitsky e Ziblatt, um dos principais sinais de deterioração democrática. Quando adversários políticos passam a ser tratados como inimigos existenciais, a lógica da competição democrática tende a ser substituída por uma lógica de confronto permanente. Observando o cenário político internacional contemporâneo, torna-se difícil ignorar o avanço desse tipo de dinâmica. Em diversos países, o discurso político tornou-se progressivamente mais polarizado, com adversários sendo frequentemente retratados como ameaças à nação ou à ordem social.

Esse tipo de retórica contribui para enfraquecer normas de moderação institucional e cria incentivos para o uso agressivo de instrumentos políticos destinados a derrotar o adversário. Em ambientes políticos altamente polarizados, práticas anteriormente consideradas inaceitáveis passam a ser gradualmente normalizadas.

A reeleição de Donald Trump para um segundo mandato presidencial representa um dos episódios políticos mais significativos para avaliar a atualidade das teses apresentadas por Levitsky e Ziblatt. Desde sua primeira campanha presidencial, Trump construiu uma trajetória política marcada por confrontos frequentes com instituições tradicionais da democracia norte-americana.

Durante seu primeiro mandato, o presidente adotou estratégias políticas e discursivas que frequentemente desafiaram normas institucionais estabelecidas. Entre essas práticas destacaram-se ataques recorrentes à imprensa, críticas a órgãos de fiscalização governamental e questionamentos públicos sobre a integridade do sistema eleitoral.

O retorno de Trump ao poder reacendeu debates sobre a resiliência institucional das democracias contemporâneas. A questão fundamental não se resume ao comportamento de um único líder político, mas diz respeito à capacidade das instituições democráticas de resistirem a pressões provenientes de lideranças que desafiam normas estabelecidas.

Ao longo da história, a democracia norte-americana demonstrou considerável capacidade de adaptação e resistência institucional. Tribunais, Congresso, imprensa e sociedade civil frequentemente atuaram como mecanismos de contenção capazes de limitar o poder presidencial.

Contudo, a repetição de conflitos institucionais e a intensificação da polarização política levantam dúvidas legítimas sobre a sustentabilidade desse modelo a longo prazo. Democracias dependem não apenas da existência de instituições formais, mas também da disposição dos atores políticos em respeitar normas que limitam o uso do poder.

O cenário internacional contemporâneo também apresenta desafios adicionais para a estabilidade das democracias. O retorno de conflitos armados entre Estados, o aumento das tensões geopolíticas e a crescente militarização das relações internacionais criam um ambiente político que frequentemente favorece

lideranças autoritárias. Historicamente, períodos de instabilidade internacional tendem a fortalecer discursos políticos baseados em segurança, ordem e autoridade. Em contextos de crise ou guerra, sociedades frequentemente demonstram maior disposição para aceitar restrições temporárias a liberdades civis em nome da proteção nacional.

Essa dinâmica pode criar oportunidades para líderes políticos que procuram ampliar o poder executivo sob a justificativa de enfrentar ameaças externas. Ao longo da história, diversos regimes autoritários utilizaram contextos de crise internacional como justificativa para consolidar estruturas de poder centralizado. Além disso, a globalização econômica e a crescente interdependência entre países produziram efeitos sociais e econômicos complexos que também influenciam a estabilidade democrática. Desigualdades sociais persistentes, insegurança econômica e transformações rápidas no mercado de trabalho alimentam ressentimentos políticos que frequentemente são explorados por lideranças populistas.

Outro fator que contribui para a fragilidade das democracias contemporâneas está relacionado à percepção de que instituições políticas não são capazes de responder adequadamente a desafios econômicos e sociais complexos. A crise financeira global de 2008, por exemplo, teve impactos profundos na confiança pública em relação às instituições econômicas e políticas.

Em diversos países, políticas de austeridade e reformas econômicas impopulares contribuíram para aprofundar a percepção de que elites políticas e econômicas operam em benefício próprio, frequentemente desconectadas das preocupações da população. Esse tipo de descontentamento social cria terreno fértil para discursos políticos que prometem restaurar controle popular sobre instituições consideradas distantes ou ineficazes. Lideranças populistas frequentemente se apresentam como representantes autênticos da vontade popular contra elites políticas ou tecnocráticas.

Embora tais discursos possam mobilizar amplos setores do eleitorado, eles também podem enfraquecer instituições intermediárias fundamentais para o funcionamento das democracias representativas. Parlamentos, tribunais e órgãos de fiscalização passam a ser retratados como obstáculos burocráticos que impedem a implementação da vontade popular.

O mundo contemporâneo parece atravessar um período de transição política cujas consequências ainda são difíceis de prever. As democracias liberais que emergiram após o fim da Segunda Guerra Mundial enfrentam hoje desafios provenientes de diferentes direções: polarização política interna, tensões geopolíticas, transformações tecnológicas e mudanças econômicas profundas.

Nesse contexto, a obra de Levitsky e Ziblatt permanece relevante não apenas como diagnóstico de um momento específico da história política recente, mas também como reflexão mais ampla sobre as fragilidades inerentes às democracias modernas. O principal ensinamento da obra talvez resida na ideia de que democracias não são sistemas políticos autoexecutáveis. Elas dependem

continuamente do comportamento de atores políticos, da força das instituições e da disposição da sociedade em defender normas que limitam o exercício do poder.

Oito anos após a publicação de *Como as democracias morrem*, o debate sobre o futuro da democracia permanece aberto. A história política recente demonstra que instituições democráticas podem demonstrar notável capacidade de resistência, mas também revela que sua estabilidade nunca deve ser considerada garantida. Em última instância, a sobrevivência da democracia depende de escolhas políticas e sociais que precisam ser continuamente reafirmadas. Democracias podem morrer gradualmente, como argumentam Levitsky e Ziblatt, mas também podem sobreviver quando sociedades e instituições permanecem comprometidas com os princípios que sustentam o regime democrático.

Assim, revisitar *Como as democracias morrem* oito anos após sua publicação não significa apenas avaliar a precisão de suas previsões. Significa também reconhecer que a democracia continua sendo um projeto político em permanente construção — e que sua preservação depende da vigilância constante daqueles que acreditam no valor da liberdade política e das instituições representativas.

Considerações finais

A análise desenvolvida em *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, oferece uma contribuição significativa para a compreensão das transformações contemporâneas dos regimes democráticos. Ao longo da obra, os autores procuram demonstrar que o colapso das democracias no mundo contemporâneo raramente ocorre por meio de rupturas institucionais abruptas, como golpes militares ou suspensões explícitas da ordem constitucional. Em vez disso, o processo tende a desenvolver-se de maneira gradual e incremental, por meio da erosão progressiva das instituições e normas que sustentam o funcionamento do regime democrático.

A principal contribuição teórica da obra reside justamente nessa mudança de perspectiva analítica. Levitsky e Ziblatt deslocam o foco da análise do colapso democrático para os processos internos de deterioração institucional, enfatizando o papel desempenhado por atores políticos eleitos que passam a utilizar as próprias instituições democráticas para ampliar seu poder e enfraquecer mecanismos de controle institucional. Essa abordagem permite compreender com maior precisão fenômenos políticos observados em diversas democracias contemporâneas, nas quais a competição eleitoral continua existindo, mas em condições cada vez mais desiguais.

Outro aspecto relevante da obra refere-se à ênfase atribuída pelos autores às normas informais que regulam o comportamento dos atores políticos. Ao destacar conceitos como tolerância mútua e contenção institucional, Levitsky e Ziblatt demonstram que a estabilidade das democracias depende não apenas da existência de instituições formais, mas também de práticas políticas baseadas no reconhecimento da legitimidade dos adversários e na moderação no exercício do

poder. Nesse sentido, a obra contribui para ampliar a compreensão do funcionamento das democracias modernas, ao mostrar que instituições jurídicas e constitucionais operam dentro de um conjunto mais amplo de normas e convenções políticas.

A análise histórica apresentada pelos autores também constitui um dos pontos fortes do livro. Ao examinar episódios como a ascensão de regimes autoritários na Europa do século XX e compará-los com processos políticos contemporâneos, Levitsky e Ziblatt conseguem estabelecer paralelos que enriquecem a interpretação dos desafios enfrentados pelas democracias atuais. Essa perspectiva comparativa permite identificar padrões recorrentes na trajetória de regimes democráticos que entram em processo de deterioração institucional.

Entretanto, a obra também apresenta algumas limitações analíticas que merecem consideração crítica. Em diversos momentos, os autores tendem a enfatizar o papel das elites políticas na preservação ou destruição das instituições democráticas, atribuindo-lhes responsabilidade central pela estabilidade do regime. Embora essa abordagem seja consistente com parte significativa da literatura da ciência política, ela pode acabar subestimando a importância de fatores estruturais mais amplos, como desigualdades socioeconômicas, transformações culturais ou mudanças nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Além disso, a análise proposta pelos autores concentra-se predominantemente na experiência política dos Estados Unidos e de democracias ocidentais, o que pode limitar parcialmente a aplicação de suas conclusões a contextos políticos distintos. Em diversas regiões do mundo, as democracias enfrentam desafios que envolvem configurações institucionais e históricas específicas, exigindo análises que levem em consideração essas particularidades.

Apesar dessas limitações, *Como as Democracias Morrem* permanece uma obra fundamental para o debate contemporâneo sobre o futuro da democracia. Ao combinar análise histórica, reflexão teórica e observação empírica, Levitsky e Ziblatt oferecem uma interpretação convincente dos mecanismos pelos quais democracias podem entrar em processo de deterioração sem necessariamente sofrer rupturas institucionais imediatas.

Mais do que apresentar um diagnóstico pessimista sobre o destino das democracias, a obra também contribui para reforçar a importância da vigilância institucional e da responsabilidade política na preservação do regime democrático. Ao enfatizar o papel das normas informais e do comportamento das elites políticas, os autores sugerem que a defesa da democracia depende não apenas da existência de instituições robustas, mas também do compromisso contínuo de atores políticos e cidadãos com os princípios fundamentais do sistema democrático.

Nesse sentido, a leitura de *Como as Democracias Morrem* revela-se particularmente relevante em um contexto histórico marcado por intensas transformações políticas, sociais e econômicas. A obra convida o leitor a refletir sobre as fragilidades inerentes às democracias modernas e sobre a necessidade permanente de preservar as instituições e práticas que tornam possível a convivência política em sociedades pluralistas.

Assim, ao final da análise, pode-se afirmar que o principal mérito do livro reside em sua capacidade de iluminar processos frequentemente invisíveis de erosão democrática, alertando para o fato de que a sobrevivência da democracia depende, em grande medida, da disposição coletiva de defender as normas e instituições que sustentam o regime democrático.

Referências

i- obra resenhada

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. 1ª ed. New York: Crown Publishing Group, 2018.

ii- obras consultadas

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. Prefácio de Fernando Limongi e tradução de Celso Mauro Paciornick. São Paulo: Edusp, 1997.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2017.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. tradução de Julia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2009.

SOBRE O AUTOR

Diego Vinícius Brito dos Santos É: Professor pedagogo e servidor público efetivo, com experiência na docência nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil. Possui mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2022), com pesquisa focada na obra e filosofia de Friedrich Nietzsche. É graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, 2018) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2022), onde desenvolveu estudos sobre desigualdade social e meritocracia no contexto escolar. É autor do livro "Nietzsche e os valores modernos" (2022). Dedicar-se à formação continuada em áreas como Psicopedagogia Clínica e Institucional, Neuropsicopedagogia, Educação Inclusiva e Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), aprofundando conhecimentos para atuação em contextos educacionais diversos e inclusivos. Seus interesses acadêmicos abrangem Filosofia, Educação Inclusiva, Currículo e Prática Docente, Direitos Humanos e Gestão Escolar, com foco na formação integral e inclusiva.

E-mail: diego_svt@hotmail.com.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9064-0663>

CV: <https://lattes.cnpq.br/4347574894656811>